

## ANEXO III – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### 1 LÍNGUA PORTUGUESA

**1. Compreensão e interpretação de texto. 2. Tipologia e gêneros textuais. 3. Marcas de textualidade:** coesão, coerência e intertextualidade. **4. Domínio dos mecanismos de coesão textual.** 4.1 Emprego de elementos de referenciação, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. **5. Classes de Palavras:** Adjetivo, Advérbio, Artigo, Preposição, Conjunção, Interjeição, Numeral, Pronomes, Substantivos e Verbos. **6. Ortografia** (Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa): 6.1 Acentuação gráfica; 6.2 Sinais de Pontuação; 6.3 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração; **7. Reescrita de frases e parágrafos do texto:** 7.1 Significação das palavras; 7.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto; 7.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto; 7.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade. **8. Semântica:** Sinônimos. Antônimos. Homônimos. Parônimos. Denotação e Conotação. **9. Sintaxe:** 9.1 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração; 9.2 Concordância verbal e nominal; 9.3 Regência verbal e nominal; 9.4 Colocação pronominal. **10. Figuras de linguagem. 11. Redação Oficial.**

### 2 RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

**1. Solução de situações-problema** envolvendo adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação ou radiciação com números racionais, nas suas representações fracionária ou decimal **2. Porcentagem e juros. 3. Razão e proporção. 4.** Regra de três simples ou composta. **5. Equações de primeiro e segundo grau. 6. Sistema de equações do primeiro grau com duas incógnitas. 7. Solução de problemas com grandezas e medidas. 8. Estatística:** 8.1 Medidas de tendência central (média, mediana e moda); 8.2 Medidas de dispersão (variância, desvio-padrão, amplitude). **9. Geometria:** 9.1 Formas planas e espaciais, ângulos, área, perímetro, volume; 9.2 Teoremas de Pitágoras e de Tales. **10. Contagem e Probabilidade:** 10.1 Princípio fundamental da contagem, permutação com e sem repetição; 10.2 Combinação simples; 10.3 Probabilidade da união, interseção, complementar; 10.4 Probabilidade condicional. **11. Raciocínio Lógico:** 11.1 Estruturas lógicas; 11.2 Lógicas de argumentação; 11.3 Diagramas lógicos; 11.4 Sequências. 11.5 Princípio da regressão ou reversão.

### 3 CONHECIMENTOS GERAIS E LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

**1. Noções sobre planejamento, organização e controle. 2. Trabalho em equipe.** 2.1 Motivação; 2.2 Liderança; 2.3 Comunicação interpessoal; 2.4 Relacionamento interpessoal. **3. Noções de Segurança do Trabalho;** 3.1 Conhecimento dos equipamentos de proteção individual. 3.2 Prevenção de acidentes; 3.3 Noções básicas de higiene. **4. Noções de cidadania. 5. Política, economia, geografia sociedade, cultura e História da Serra/ES. 6. Legislação Municipal. 6.1 Lei Municipal nº 1.546;** de 27 de setembro de 1991, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais; **6.2 Lei Municipal nº 2.360,** de 15 de janeiro de 2001, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Serra; **6.3 Lei Municipal nº 3.823,** de 23 de dezembro de 2011 que dispõe sobre o redimensionamento do quantitativo de cargos públicos de provimento efetivo integrantes do quadro de pessoal do poder executivo do Município da Serra e suas alterações; bem como as alterações promovidas pelas Leis Municipais nº 5.432/2022, 5.690/2023, 5.691/2023, 6.009/2024, 6.010/2024 e 6.038/2024 (publicada no Diário Oficial da Serra em 21/06/2024); **6.4 Decreto nº 3.279,** de 23 de novembro de 2018 que institui o código de ética do Agente Público Municipal e da Alta Administração Municipal. **7. Ética e Cidadania.** 7.1 Ética e moral; 7.2 Ética, princípios e valores; 7.3 Ética e função pública: integridade; 7.4. Ética no setor público.

### 4. INFORMÁTICA BÁSICA

**1. Principais componentes de um computador:** 1.2 Funcionamento básico de um computador; 1.3 Função e Características dos Principais Dispositivos utilizados em um computador; 1.3 Conceitos básicos sobre hardware e software; 1.4 Dispositivo de entrada e saída de dados; 1.5 Noções de sistema operacional (Windows); **2. Internet:** 2.1 Navegação na Internet; 2.2 Conceitos de URL, links, sites, busca e impressão de páginas. **3. Editor de texto (Microsoft Office – Word 2019):** 3.1 Formatação de Fonte e Parágrafo; 3.2 Bordas e Sombreamento; 3.4 Marcadores, 3.5 Numeração e Tabulação; 3.6 Cabeçalho, Rodapé e Número de Páginas; 3.7 Manipulação de Imagens e Formas; 3.8 Configuração de página; 3.9 Tabelas. **4. Planilha eletrônica (Microsoft Office – Excel 2019):** 4.1 Formatação da Planilha e de Células; 4.2 Criar cálculos utilizando as quatro operações; 4.3 Formatar dados através da Formatação Condicional; 4.4 Representar dados através de Gráficos. 4.5 Fórmulas e funções. **5. Aplicativos para segurança** (antivírus, firewall, anti-spyware, etc.). **6. Correio Eletrônico (e-mail).**

### 5. PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**1. Conceitos e princípios básicos da Administração Pública; 2. Noções de Direito Administrativo:** Organização Administrativa do Estado. 2.1 Poderes Administrativos: 2.1.1 Vinculado; 2.1.2 Discricionário; 2.1.3 Hierárquico; 2.1.4 Disciplina; 2.1.5 Regulamentar; 2.1.6 De Polícia; 2.1.7 Uso e abuso de poder; 2.2. Atos administrativos: 2.2.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies; 2.2.2 Extinção do ato administrativo: cassação, anulação, revogação e convalidação; 3.3 Decadência administrativa. **3.**

**Legislação Federal: 3.1 Constituição Federal de 1988:** Dos Princípios Fundamentais; Dos Direitos e Garantias Fundamentais; e Da -Organização do Estado; **3.2 Lei Federal nº 8.429/1992** que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; **3.3 Lei Federal nº 9.784/1999** que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal; **3.4. Lei Federal nº 13.709/2018** - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); **3.5 Lei nº 12.527/2011** – Lei de Acesso à Informação.

## 6. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

Auditor Fiscal de Atividades Urbanas: Sanitária	<p><b>1. Fiscalização;</b> 1.1 Elaboração de processos administrativos, correspondências e protocolos; 1.2. Noções de documentos fiscais: multas, notificações, embargos, interdições e fechamento de estabelecimentos. 1.3 Vistorias, análises, pareceres em processos e ações, de acordo com a legislação; 1.5 Atendimento ao público para esclarecimentos, orientação e recebimento de denúncias. <b>2. Direito Administrativo.</b> 2.1 Sistemas Administrativos: Sistema do Contencioso Administrativo e Sistema Judiciário; 2.2 A organização administrativa brasileira; 2.3 Entidades Políticas e Administrativas: classificação (estatais, autarquias, fundacionais e paraestatais); 2.4 Poderes Administrativos: vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar, regulamentar e poder de polícia: fundamento, objeto, finalidade, extensão e limites, atributos, meios de atuação, sanções e condições de validade. <b>3. Fiscalização Sanitária.</b> 3.1 Inspeção e Fiscalização Sanitária: procedimentos de inspeção e fiscalização em estabelecimentos de diferentes complexidades; 3.2 Técnicas de coleta de amostras para análise laboratorial; 3.3 Risco Sanitário: 3.3.1 conceito e caracterização; 3.3.2 identificação do dano e suas causas, medidas preventivas, monitoramento dos fatores de risco. 3.4 Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde; 3.5 Qualidade da água e controle de vetores e pragas. 3.6 Biossegurança: princípios de biossegurança aplicados à vigilância sanitária; 3.7 Epidemiologia, fiscalização e vigilância sanitária epidemiológica e da saúde. 3.8 Classificação de grau de risco sobre as atividades econômicas sujeitas a VISA para fins de licenciamento; 3.9 Controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos. <b>4. Normas Federais.</b> 4.1 <b>Lei nº 8.080</b>, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências; 4.2 <b>Lei nº 9.782</b>, de 26 de janeiro de 1999, que define o sistema nacional de vigilância sanitária, cria a agência nacional de vigilância sanitária, e dá outras providências; 4.3 <b>Lei nº 6.360</b>, de 23 de setembro de 1976 que dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências; 4.4 <b>Lei nº 5.991</b>, de 17 de dezembro de 1973 que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências; 4.5 Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969 que institui normas básicas sobre alimentos; 4.6 Resolução-RDC ANVISA nº 216/2004 que dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação; 4.7 Resolução-RDC ANVISA nº 15/2012 que dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde e dá outras providências; 4.8 Resolução-RDC ANVISA nº 50 que dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde; 4.8 Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 que configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências. <b>5. Normas Municipais.</b> 5.1 <b>Lei Municipal nº 2.915</b>, de 23 de dezembro de 2005 - Código Municipal de Saúde; 5.2 <b>Decreto Municipal nº 1.894</b> de 29 de setembro de 2021 que dispõe sobre a simplificação dos procedimentos de licenciamento sanitário e dá outras providências; 5.3 <b>Portaria SESA nº 032</b> de 05 de setembro de 2018 que estabelece os procedimentos a serem adotados pela vigilância sanitária do município da Serra referente à utilização de solução alternativa coletiva de abastecimento de água para consumo e higiene humana para licenciamento sanitário dos estabelecimentos de interesse à saúde; 5.4 <b>Portaria SESA nº 17</b> de 11 de dezembro de 2019 que estabelece a documentação necessária a autuação de processos administrativos para licenciamento sanitário, bem como para as demais ações de interesse à saúde no âmbito da vigilância sanitária e dá outras providências; 5.5 <b>Portaria SESA nº 01</b> de 25 de janeiro de 2021 que estabelece procedimentos e diretrizes para as alterações do licenciamento sanitário. <b>6. Lei Estadual nº 6.066</b>, de 30 de dezembro de 1999, que regula a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde, no âmbito do Estado do Espírito Santo, estabelece normas de promoção, proteção e recuperação da saúde e dispõe sobre as infrações sanitárias e respectivo processo administrativo.</p>
---	--

<p>Auditor Fiscal de Atividades Urbanas: Agropecuário</p>	<p><b>1. Fiscalização;</b> 1.1 Elaboração de processos administrativos, correspondências e protocolos; 1.2. Noções de documentos fiscais: multas, notificações, embargos, interdições e fechamento de estabelecimentos. 1.3 Vistorias, análises, pareceres em processos e ações, de acordo com a legislação; 1.5 Atendimento ao público para esclarecimentos, orientação e recebimento de denúncias. <b>2. Direito Administrativo.</b> 2.1 Sistemas Administrativos: Sistema do Contencioso Administrativo e Sistema Judiciário; 2.2 A organização administrativa brasileira; 2.3 Entidades Políticas e Administrativas: classificação (estatais, autarquias, fundacionais e paraestatais); 2.4 Poderes Administrativos: vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar, regulamentar e poder de polícia: fundamento, objeto, finalidade, extensão e limites, atributos, meios de atuação, sanções e condições de validade. <b>3. Fiscalização Agropecuária.</b> 3.1 Inspeção de Produtos de Origem Animal: 3.1.1 Inspeção Industrial e sanitária de produtos de origem animal; 3.1.2 Programas de Autocontrole; 3.1.3 Boas Práticas de Fabricação - BPF, Procedimento Padrão de Higiene Operacional - PPHO e Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle - APPCC; 3.1.4 Análise de Risco de Estabelecimentos Produtores de Alimentos de Origem Animal; Análises microbiológicas e físico-químicas de produtos de origem animal; 3.1.4 Resíduos e contaminantes em produtos de origem animal; 3.1.5 Identidade e qualidade de produtos de origem animal; 3.1.6 Tecnologia de produtos de origem animal; 3.1.7 Doenças transmitidas por alimentos; 3.2 Noções de veterinária. 3.2.1 Noções básicas de Anatomia, fisiologia, imunologia e patologia dos animais domésticos de interesse comercial e na produção de alimentos (bovinos, bubalinos, equídeos, ovinos, caprinos, suídeos aves, abelhas e animais aquáticos); 3.2.2 Sintomatologia das doenças infectocontagiosas dos animais de produção; 3.2.3 Doenças de notificação obrigatória, doenças emergenciais e transfronteiriças; 3.2.4 Zoonoses endêmicas e emergentes. 3.3 Sanidade Animal: 3.3.1 Medidas de prevenção, controle e erradicação, diagnóstico clínico e laboratorial das principais doenças que afetam o comércio e a saúde humana e animal; 3.3.2 Conhecimentos básicos de epidemiologia, análise de risco e bioestatística; 3.3.3 Programas sanitários oficiais executados no Brasil: PNSap (Programa Nacional de Sanidade Apícola), PNSAA (Programa Nacional de Sanidade dos Animais Aquáticos), PNSA (Programa Nacional de Sanidade Avícola), PNCEBT (Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Bovina), PNSE (Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos), PNEFA (Programa Nacional de Vigilância para a Febre Aftosa), PNSS (Programa Nacional de Sanidade dos suídeos), PNCRH (Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros), PNEEB (Programa Nacional de Prevenção e Vigilância da Encefalopatia Espongiforme Bovina) e PNSCO (Programa Nacional de Sanidade dos Caprinos e Ovinos); 3.3.4 Boas práticas de bem estar animal: criação, transporte de animais vivos e abate; 3.3.5 Trânsito Animal; 3.3.6 Educação e comunicação em saúde animal. <b>4. Normas Federais:</b> 4.1 Decreto nº 24.548 de 3 de julho de 193 que Aprova o Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal; 4.2 Decreto nº 5.741 de 30 de março de 2006 que regulamenta os Arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária); 4.3 Decreto nº 5053, de 22 de abril de 2004 que regulamento de fiscalização de produtos de uso veterinário e dos estabelecimentos que os fabriquem ou comerciem; 4.4 Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950 e suas alterações que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal; 4.5 Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017 e suas alterações que regulamenta a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, que dispõem sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal; 4.6 Lei nº 13.860, de 18 de julho de 2019 que dispõe sobre a elaboração e a comercialização de queijos artesanais; 4.7 Decreto nº 11.099, de 21 de junho de 2022 que regulamenta o art. 10-A da Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e a Lei nº 13.860, de 18 de julho de 2019, para dispor sobre a elaboração e a comercialização de produtos alimentícios de origem animal produzidos de forma artesanal. <b>5. Normas Municipais.</b> 5.1 Lei nº 4254, de 21 de julho de 2014, que cria o Serviço de Inspeção Municipal – SIM. 5.2 Decreto nº 7531, de 11 de abril de 2016 que aprova o regulamento da Lei Municipal nº 4.254/2014, que dispõe sobre a criação do Serviço de Inspeção Municipal - SIM no âmbito do Município da Serra.</p>
<p>Auditor Fiscal de Atividades Urbanas: Meio Ambiente</p>	<p><b>1. Fiscalização;</b> 1.1 Elaboração de processos administrativos, correspondências e protocolos; 1.2. Noções de documentos fiscais: multas, notificações, embargos, interdições, demolições e fechamento de estabelecimentos. 1.3 Vistorias, análises, pareceres em processos e ações, de acordo com a legislação; 1.5 Atendimento ao público para esclarecimentos, orientação e recebimento de denúncias. <b>2. Direito Administrativo.</b> 2.1 Sistemas Administrativos: Sistema do Contencioso Administrativo e Sistema Judiciário; 2.2 A organização administrativa brasileira; 2.3 Entidades Políticas e Administrativas: classificação (estatais, autarquias, fundacionais e paraestatais); 2.4 Poderes Administrativos: vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar, regulamentar e poder de polícia: fundamento, objeto, finalidade, extensão e limites, atributos, meios de atuação, sanções e condições de validade. <b>3. Fiscalização do Meio</b></p>

	<p><b>Ambiente.</b> 3.1 Princípios e Atribuições da Fiscalização Ambiental: competência para fiscalizar, ações fiscais, diligências, autorização, autos de infração, multas e outras penalidades, processo administrativo para apuração de infrações ambientais. 3.2 Responsabilidade Ambiental: Civil, administrativa e criminal. 3.3 Poluição Ambiental: Conceito, Fontes e Sistemas de Controle. 3.4 Noções básicas de sistemas de controle ambiental. 3.5 Impactos Ambientais: Conceito, tipos e medidas mitigadoras. 3.6 Monitoramento ambiental: medição e interpretação de parâmetros de qualidade das águas e efluentes industriais, de qualidade do ar e emissões atmosféricas, de resíduos sólidos e de áreas contaminadas. <b>4. Normas Federais.</b> <b>4.1 Lei Complementar nº 140</b>, de 8 de dezembro de 2011 que fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981; <b>4.2 Lei nº 9.605</b>, de 12 de fevereiro de 1998 que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências; <b>4.3 Decreto nº 6.514</b>, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências; <b>4.4 Lei nº 12.651/2012</b>- Novo Código Florestal Brasileiro; <b>4.5 Lei nº 12.305</b>, de 2 de agosto de 2010 que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; <b>4.6 Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007</b> - Política Nacional de Saneamento Básico. <b>4.7 Resolução CONAMA nº 1</b>, de 23 de janeiro de 1986 que dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental; <b>4.8 Resolução CONAMA nº 237</b>, de 19 de dezembro de 1997 que dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental. <b>4.9 Lei nº 6.938</b>, de 31 de agosto de 1981 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências; <b>4.10 Lei nº 11.428</b>, de 22 de dezembro de 2006 que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. <b>4.11 Lei nº 9.985</b>, de 18 de julho de 2000 que regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. <b>5. Normas Municipais.</b> <b>5.1 Lei nº 2.199</b>, de 16 de junho de 1999 - Código Municipal de Meio Ambiente. <b>5.2 Decreto nº 2.512</b>, de 17 de abril de 2018 que dispõe sobre as atividades sujeitas ao licenciamento ambiental municipal e à dispensa de licenciamento junto à secretaria municipal de meio ambiente – SEMMA, define documentos obrigatórios, regulamenta atos e procedimentos relacionados ao licenciamento de atividades instaladas ou a se instalar no município e dá outras providências. <b>5.3 Decreto nº 4.855</b>, de 03 de julho de 2023 que regulamenta a classificação de baixo risco das atividades econômicas no Município da Serra e dá outras providências; <b>5.4 Lei Complementar nº 05</b>, de 16 de março de 2023 que dispõe sobre o Plano Diretor Municipal Sustentável do Município da Serra; <b>5.5 Lei nº 4.529</b>, de 04 de agosto de 2016, que estabelece, no âmbito do município da Serra, sanções e penalidades administrativas para aqueles que praticarem maus-tratos aos animais e dá outras providências. <b>6. Norma ABNT NBR 10.151/2020</b> - Avaliação de níveis de pressão sonora.</p>
<p>Auditor Fiscal de Atividades Urbanas: Proteção e Defesa do Consumidor</p>	<p><b>1. Fiscalização;</b> 1.1 Elaboração de processos administrativos, correspondências e protocolos; 1.2. Noções de documentos fiscais: multas, notificações, embargos, interdições e fechamento de estabelecimentos. 1.3 Vistorias, análises, pareceres em processos e ações, de acordo com a legislação; 1.5 Atendimento ao público para esclarecimentos, orientação e recebimento de denúncias. <b>2. Direito Administrativo.</b> 2.1 Sistemas Administrativos: Sistema do Contencioso Administrativo e Sistema Judiciário; 2.2 A organização administrativa brasileira; 2.3 Entidades Políticas e Administrativas: classificação (estatais, autarquias, fundacionais e paraestatais); 2.4 Poderes Administrativos: vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar, regulamentar e poder de polícia: fundamento, objeto, finalidade, extensão e limites, atributos, meios de atuação, sanções e condições de validade. <b>3. Proteção e Defesa do Consumidor.</b> 3.1 Direito do Consumidor: Proteção Do Consumidor; 3.2 Defesa e proteção ao consumidor; 3.3 Tratamento constitucional e na legislação ordinária; 3.4 Consumidor e fornecedor – conceitos; 3.5 Produtos e Serviços; Noções básicas de planejamento e organização na execução dos serviços de Fiscal; Fiscalização de estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviço, privado e público; <b>4. Normas Federais.</b> <b>4.1 Lei nº 8.078</b>, de 11 de setembro de 1990 que dispõe sobre a proteção do consumidor; <b>4.2 Decreto nº 5.903</b>, de 20 de setembro de 2006 que regulamenta a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, e a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990; <b>4.3 Decreto nº 7.962</b>, de 15 de março de 2013 que regulamenta a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a contratação no comércio</p>

	<p>eletrônico. <b>5. Normas Municipais.</b> 5.1 Lei nº 2377, de 17 de maio de 2001 - dispõe sobre a criação e organização do Sistema Municipal De Defesa Do Consumidor - SMDC; regulamenta a Lei Municipal nº 2356/2000 que criou o DPDC – Procon municipal; do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - CONDECON; institui o Fundo Municipal de Proteção e Defesa dos Direitos Difusos - FMDD - CONDECON; e a Comissão Municipal Permanente de Normatização - CMPN e dá outras providências;</p>
<p>Auditor Fiscal de Atividades Urbanas: Urbanas</p>	<p><b>1. Fiscalização;</b> 1.1 Elaboração de processos administrativos, correspondências e protocolos; 1.2. Noções de documentos fiscais: multas, notificações, embargos, interdições e fechamento de estabelecimentos. 1.3 Vistorias, análises, pareceres em processos e ações, de acordo com a legislação; 1.5 Atendimento ao público para esclarecimentos, orientação e recebimento de denúncias. <b>2. Direito Administrativo.</b> 2.1 Sistemas Administrativos: Sistema do Contencioso Administrativo e Sistema Judiciário; 2.2 A organização administrativa brasileira; 2.3 Entidades Políticas e Administrativas: classificação (estatais, autarquias, fundacionais e paraestatais); 2.4 Poderes Administrativos: vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar, regulamentar e poder de polícia: fundamento, objeto, finalidade, extensão e limites, atributos, meios de atuação, sanções e condições de validade. <b>3. Fiscalização de Atividades Urbanas.</b> 3.1 Gestão urbana e instrumentos de gestão; 3.2 Conceito de Desenvolvimento Sustentável; 3.3 Planejamento urbano; 3.4 Ocupação do uso do solo e zoneamento; 3.5 Fiscalização de forma preventiva e corretiva verificando a regularidade quanto aos parâmetros urbanísticos e de licenciamento; 3.6 Noções de Georreferenciamento; 3.7 Vistoria e elaboração de relatórios e pareceres. <b>4. Normas Federais.</b> 4.1 Norma Regulamentadora (NR) nº 19 – Explosivos; 4.2 Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019 - Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica. <b>5. Normas Municipais.</b> 5.1 Lei nº 1.522, de 03 de setembro de 1991 que dispõe sobre a criação do Código de Postura do Município da Serra e a execução regular de polícia administrativa; 5.2 <b>Lei Complementar nº 05</b>, de 16 de março de 2023 que dispõe sobre o Plano Diretor Municipal Sustentável do Município da Serra; 5.3 <b>Decreto nº 2.535</b>, de 15 de março de 2010 que regulamenta os arts. 10 a 18 da Lei 1.522/91 - Código de Posturas do Município da Serra e a execução do poder de polícia administrativa nas feiras livres do município, e dá outras providências.</p>
<p>Auditor Fiscal de Atividades Urbanas: Obras</p>	<p><b>1. Fiscalização;</b> 1.1 Elaboração de processos administrativos, correspondências e protocolos; 1.2. Noções de documentos fiscais: multas, notificações, embargos, interdições, demolições e fechamento de estabelecimentos. 1.3 Vistorias, análises, pareceres em processos e ações, de acordo com a legislação; 1.5 Atendimento ao público para esclarecimentos, orientação e recebimento de denúncias. <b>2. Direito Administrativo.</b> 2.1 Sistemas Administrativos: Sistema do Contencioso Administrativo e Sistema Judiciário; 2.2 A organização administrativa brasileira; 2.3 Entidades Políticas e Administrativas: classificação (estatais, autarquias, fundacionais e paraestatais); 2.4 Poderes Administrativos: vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar, regulamentar e poder de polícia: fundamento, objeto, finalidade, extensão e limites, atributos, meios de atuação, sanções e condições de validade. <b>3. Fiscalização de Obras.</b> 3.1 Obras: destinação, planejamento, condicionantes, aprovação e licença de projetos; 3.2 Conclusão de projetos aprovados. 3.3 Recebimento das Obras: vistorias para emissão de aceite, revisão de IPTU, reclassificação e cadastramento de áreas construídas dos imóveis, verificação de denúncias, numeração de imóveis e verificação da acessibilidade; 3.5 Vistorias ensejadas por determinação judicial; 3.6 Condições gerais das edificações; 3.7 Elementos Básicos de um Projeto: plantas, cortes e fachadas. 3.7.1 Áreas. 3.7.2 Classificação dos compartimentos. 3.7.2 Circulação em um mesmo nível. 3.7.3 Desenho de Arquitetura: símbolos e convenções. 3.7.4 Formatos; 3.7.5 Desenho topográfico; 3.7.6 Projeto de reforma e de modificação; 3.7.7 Elementos de uma Construção: fundações, paredes, coberturas, revestimentos e estruturas; 3.7.8 Noções básicas dos materiais de construção: argamassas, materiais cerâmicos, materiais betuminosos, concreto simples, madeira e aço. 3.7.9 Execução de obras: armação, concretagem, ferramentas e metragem; cálculos simples de áreas e volumes. 3.7.10 Instalações elétricas prediais; 3.7.11 Instalações hidráulicas prediais: de água potável, de esgotos sanitários e de águas pluviais; 3.7.12 Ligação de redes de abastecimento de água; 3.7.13 Redes de esgoto; 3.7.14 Redes de águas pluviais. 3.8 Fiscalização de obras para a liberação de alvarás, licenças e de habite-se; 3.9 Conhecimento e aplicação das leis de uso e ocupação de solo; 3.10 Bens Municipais: conceito, classificação, uso e alienação; 3.11 Higiene e Segurança do Trabalho; 3.12. Utilização de Equipamentos de Proteção Individual; 3.13 Noções de Georreferenciamento; 3.14 Vistoria e elaboração de relatórios e pareceres. <b>4. Normas Federais;</b> 4.1 <b>Lei nº 10.257</b>, de 10 de julho de 2001 que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências; <b>Lei nº 13.465</b>, de 11 de julho de 2017 que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de</p>

	<p>alienação de imóveis da União. <b>5. Normas Municipais.</b> 5.1 <b>Lei 1947</b>, de 20 de dezembro de 1996 que dispõe sobre o Código de Obras do Município da Serra; 5.2 <b>Lei Complementar nº 05</b>, de 16 de março de 2023 que dispõe sobre o Plano Diretor Municipal Sustentável do Município da Serra; 5.3 <b>Lei nº 5.911</b>, de 20 de dezembro de 2023 que dispõe sobre a regularização de edificações no Município da Serra.</p>
<p>Auditor Fiscal de Atividades Urbanas: Transportes</p>	<p><b>1. Fiscalização;</b> 1.1 Elaboração de processos administrativos, correspondências e protocolos; 1.2. Noções de documentos fiscais: multas, notificações, embargos, interdições, demolições e fechamento de estabelecimentos. 1.3 Vistorias, análises, pareceres em processos e ações, de acordo com a legislação; 1.5 Atendimento ao público para esclarecimentos, orientação e recebimento de denúncias. <b>2. Direito Administrativo.</b> 2.1 Sistemas Administrativos: Sistema do Contencioso Administrativo e Sistema Judiciário; 2.2 A organização administrativa brasileira; 2.3 Entidades Políticas e Administrativas: classificação (estatais, autarquias, fundacionais e paraestatais); 2.4 Poderes Administrativos: vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar, regulamentar e poder de polícia: fundamento, objeto, finalidade, extensão e limites, atributos, meios de atuação, sanções e condições de validade. <b>3. Fiscalização de Transportes.</b> 3.1 Noções básicas de trânsito e tráfego; 3.1.1 Normas Gerais de Circulação e Conduta no Trânsito; 3.1.2 Veículos motorizados e não motorizados; 3.1.3 Sistema Nacional de Trânsito: Da Composição e da Competência do Sistema Nacional de Trânsito. 3.2 Registro e Licenciamento de veículos; 3.3 Habilitação; 3.4 Das medidas Administrativas no Código de Trânsito Brasileiro (Art. 269 a 279-A da Lei Federal nº 9.503/1997); 3.5 Vistoria Veicular; 3.5.1 Avaliação mecânica; 3.5.2 Itens de identificação (placas, chassis, vidros, etiquetas, documentos); 3.5.3 Tipos de adulteração nos veículos. 3.6 Métodos e prática de fiscalização em veículos de transporte coletivo, táxis e transporte escolar. <b>4. Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN)</b> e suas alterações nº: 24/1998; 26/1998; 254/2007; 456/2013; 911/2022; 912/2022; 916/2022; 930/22; 943/22; 961/2022; e 969/22; 985/2022.</p>
<p>Auditor Fiscal de Tributos</p>	<p><b>1. Noções de Direito Civil.</b> 1.1 Das pessoas: Pessoa Natural: conceito, personalidade, capacidade, domicílio. Pessoa Jurídica: conceito, classificação, domicílio, responsabilidade, começo e extinção. 1.2 Dos bens: conceito, características e classificação. 1.3 Fato Jurídico e Ato jurídico em sentido estrito: conceito. 1.4 Negócio Jurídico: conceito, classificação, elementos, defeitos, necessidades. 1.5 Contratos: conceitos, formação, classificação, efeitos particulares. Contratos de compra e venda, permuta e doação, locação de bens móveis e transporte. 1.6 Das coisas. Posse: conceito, classificação, efeitos, aquisição e perda. Propriedades: Conceito, características, espécies, formas de aquisição e perda da propriedade móvel e imóvel. 1.7 Dos direitos reais sobre coisas alheias. Conceito e espécies. Enfiteuse, usufruto, uso, habitação, penhor, hipoteca, compromisso irrevogável de venda. <b>2. Direito Administrativo.</b> 2.1 Sistemas Administrativos: Sistema do Contencioso Administrativo e Sistema Judiciário; 2.2 A organização administrativa brasileira; 2.3 Entidades Políticas e Administrativas: classificação (estatais, autarquias, fundacionais e paraestatais); 2.4 Poderes Administrativos: vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar, regulamentar e poder de polícia: fundamento, objeto, finalidade, extensão e limites, atributos, meios de atuação, sanções e condições de validade. <b>3. Direito Tributário.</b> 3.1 Noção de tributo: impostos, taxa e contribuição de melhoria; 3.2 Fontes do Direito Tributário: leis, decretos, normas complementares; 3.3 Interpretação e integração da legislação tributária; 3.4 Obrigação tributária. Obrigação principal e acessória. 3.5 Fato gerador: definição. 3.6 Atos e negócios jurídicos condicionais para determinação do momento do fato gerador; 3.7 Competência tributária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. 3.8 Indelegabilidade da competência tributária. 3.9 Responsabilidade por infrações. 3.10 O ilícito tributário. 3.11 Crédito tributário: definição e constituição. 3.11.1 Lançamento do crédito tributário: definição, modalidades e efeitos do lançamento. 3.11.2 Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário: a restituição do indébito tributário. 3.12 Não incidência, imunidade e isenção tributária. 3.13 Repartição das receitas tributárias. <b>4. Gestão e Planejamento Estratégico:</b> 4.1 O ciclo do planejamento em organizações (PDCA); 4.2 Balanced Scorecard conceitos, aplicações, mapa estratégico, Referencial Estratégico das Organizações; 4.3 Gerenciamento de projetos: 4.3.1 Conceitos básicos; 4.3.2 Conhecimento em gerenciamento de projetos. 4.4 Mecanismos de segurança: criptografia, assinatura digital, garantia de integridade, controle de acesso e certificação digital. 4.5 Elaboração e análise de painéis, dashboards e relatórios analíticos. <b>5. Finanças Públicas e Orçamento Público.</b> 5.1 O Orçamento: conceito e espécies; 5.2 natureza jurídica; 5.3 princípios orçamentários; 5.4 características do orçamento tradicional, do orçamento de base zero, do orçamento de desempenho e do orçamento programa. 5.5 Política fiscal e equilíbrio orçamentário; 5.6 Fiscalização e controle externo e interno dos orçamentos; 5.7 Da Fiscalização Financeira, Contábil e Orçamentária; 5.8 Da Tributação e do Orçamento: Dos Princípios Gerais; 5.9 Das Finanças Públicas <b>6. Normas Federais.</b> 6.1 Constituição Federal: Do Sistema Tributário Nacional; 6.2 Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966 atualizada); 6.3 Lei Complementar Federal nº</p>

116/2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências; 6.4 Lei Complementar nº 123/2006, que institui o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional; 6.5 Resolução CGSN nº 140/2018 e alterações posteriores; 6.6 Lei Complementar Federal nº 105/2001, que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências 6.7 Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023 que altera o Sistema Tributário Nacional. **7. Contabilidade Geral:** 7.1. Princípios de contabilidade aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. 7.2. Teoria da contabilidade: conceito, objetivo e objeto. 7.3. Patrimônio: Componentes patrimoniais (ativo, passivo e patrimônio líquido); 7.4. Fatos contábeis e respectivas variações patrimoniais. **8. Contas patrimoniais e de resultado.** 8.1. Apuração de resultados. 8.2. Plano de contas. **9. Funções e estruturas das contas.** 9.1. Classificação das contas. **10. Matemática Financeira:** 10.1 Juros simples. 10.2 Montante e juros. 10.3 Taxa real e taxa efetiva. 10.4 Taxas equivalentes. 10.5 Capitais equivalentes. 10.6 Juros compostos. 10.7 Montante e juros. 10.8 Taxa real e taxa efetiva. 10.9 Taxas equivalentes. 10.10 Capitais equivalentes. 10.11 Capitalização contínua. **11. Estatística:** 11.1 Gráficos e tabelas. 11.2 Medidas de posição e de variabilidade. 11.3 Probabilidades: conceito, axiomas e distribuições (binominal, normal, poisson, qui-quadrado). 11.4 Inferência estatística. 11.5 Amostragem: amostras casuais e não casuais. 11.6 Processos de amostragem, incluindo estimativas de parâmetros. Intervalos de confiança. 11.7 Testes de hipóteses para médias e proporções. 11.8 Correlação e Regressão. **12. Auditoria:** 12.1 Evolução, conceitos, objetivos, tipos, técnicas. 12.2 Auditoria interna, auditoria independente e perícia contábil. 12.3 Procedimentos. 12.4 Testes de auditoria. Testes de observância. Testes substantivos. Testes para subavaliação e testes para superavaliação. 12.5 Papéis de trabalho. 12.6 Normas de execução dos trabalhos. 12.7 Processo. Planejamento, execução, relatório. 12.8 Relevância. 11.9 Fraudes e erros. 12.10 Riscos. 12.11 Supervisão e controle de qualidade. **13. Tecnologia da Informação:** 13.1 Gerenciamento eletrônico de documentos. 13.2 Bancos de Dados: 13.2.1 Sistemas de gerenciamento de banco de dados; 13.2.2 Conceitos básico; 13.2.3 Independência de dados, modelos; 13.2.4 Abordagem relacional; 13.2.5 Modelo de dados e restrições de integridade; 13.2.6 Linguagem SQL padrão ANSI. 13.3 Mecanismos de segurança: criptografia, assinatura digital, garantia de integridade, controle de acesso e certificação digital. **14. Normas Municipais:** 13.1 Lei nº 3.833 de 28 de dezembro de 2011 - Código Tributário do Município da Serra. 13.2 Legislação Tributária Municipal consolidada listada no Anexo único do Decreto nº 6.034, de 10 de abril de 2024.